

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 10 – Informação e Memória

SABER-FAZER E ESQUECIMENTO: O VINHO DE CAJU DA FÁBRICA TITO & SILVA

KNOW-HOW AND FORGETTING: THE CASHEW WINE FROM TITO & SILVA FACTORY

Dan Oliveira de Melo – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Carlos Xavier de Azevedo Netto – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo investiga como a Fábrica de Vinho de Caju Tito & Silva & Cia. (1892-1981), em João Pessoa, constituiu e manteve sua memória e identidade, analisando-a como um "lugar de memória" e destacando sua relevância local. O estudo explorou a dinâmica entre lembrar e esquecer, evidenciada pela perda do saber-fazer do vinho de caju (patrimônio imaterial) e pelo abandono da fábrica, culminando em esquecimento cultural. Metodologicamente, a pesquisa foi conceitual comparativa, baseada em revisão bibliográfica sobre memória, esquecimento e patrimonialização, com aportes da Ciência da Informação, promovendo uma análise cooperativa entre memória e esquecimento. Os resultados indicaram que, apesar de um tombamento pioneiro que visava preservar o edifício (Estilo Art Déco), os maquinários e as técnicas artesanais, a iniciativa de salvaguarda fracassou: a produção cessou, a fábrica deteriorou-se e parte da população desconhece sua existência e legado. Isso demonstra como práticas sociais e institucionais podem levar ao apagamento da memória e identidade. Conclui-se que o caso da Fábrica Tito & Silva ilustra a complexa relação memória-esquecimento-patrimônio, em que o esquecimento atua como um processo ativo de exclusão. A relevância social do estudo está em sua conexão com a identidade local, e a análise contribui para discutir os desafios na preservação do patrimônio intangível e da memória cultural sob a perspectiva da Ciência da Informação.

Palavras-chave: memória; esquecimento; saber-fazer; patrimônio cultural imaterial; vinho de caju.

Abstract: This article investigates how the cashew wine Tito & Silva & Cia Factory. (1892-1981), in João Pessoa, constituted and maintained its memory and identity, analyzed as a "place of memory" and highlighting its local relevance. The study explored the dynamic between remembering and forgetting, evidenced by the loss of the know-how of cashew wine (intangible heritage) and the abandonment of the factory, culminating in cultural forgetting. Methodologically, the research was comparative conceptual, based on a literature review on memory, forgetting, and heritage designation, with contributions from Information Science, promoting a cooperative analysis between memory and forgetting. The results indicated that, despite a pioneering listing that aimed to preserve the Art Déco building, the machinery, and the artisanal techniques, the safeguarding initiative failed: production ceased, the factory deteriorated, and part of the population is unaware of its existence and legacy. This demonstrates how social and institutional practices can lead to the erasure of memory and identity. It is concluded that the case of the Tito & Silva Factory illustrates the complex memory-forgetting-heritage relationship, where forgetting acts as an active process of exclusion. The social relevance of the study lies in its connection with local identity, and the analysis contributes to discussing the

challenges in preserving intangible heritage and cultural memory from the perspective of Information Science.

Keywords: memory; forgetting; know-how; intangible cultural heritage; cashew wine.

1 INTRODUÇÃO

Do ponto de vista do senso comum, ao falarmos de patrimônio é frequente relacioná-lo à herança ou à transmissão de carga hereditária entre um grupo social e suas futuras gerações. No entanto, ao pensá-lo numa dimensão mais ampla, para além das relações referentes à apropriação de bens materiais e de legados familiares, a concepção de patrimônio também tem relação com a ideia de nação e cultura, especificamente no que diz respeito à sua história e memória (Souza, 2008). Nesse sentido, a ideia de patrimônio atribui valor aos bens culturais tangíveis e intangíveis de grupos sociais. Nessa perspectiva, a Ciência da Informação, enquanto campo multidisciplinar, tem contribuído de forma significativa para a compreensão dos processos de (res)significação, manutenção e valorização da memória e identidade relacionadas aos bens patrimoniais (Borko, 1968).

No Brasil, o marco legal estabelecido em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, reconhece como patrimônio cultural brasileiro, em seu artigo 216, “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988). Tal definição aponta para o reconhecimento e importância não apenas de bens tangíveis com características históricas, artísticas, paisagísticas e arquitetônicas, mas a valorização de bens culturais de natureza intangível, constituído por elementos como tradições, folclore, saberes, línguas, festas, manifestações populares, entre outros.

A definição patrimonial contida nessa regulamentação jurídica, especificamente ao incluir os modos de criar, fazer e viver, como consta no inciso II do supracitado artigo, abrange os saberes, os ofícios e os modos de fazer. No entanto, quem decide o que é e o que pertence ao patrimônio cultural imaterial brasileiro? Nos anos 2000, um conjunto de políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural intangível foram desenvolvidas, visando preservá-lo. Dentre elas, estão a Política de Salvaguarda do Patrimônio Intangível, executada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e a criação de instrumentos de reconhecimento: o Registro; o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC); o

Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI); e os Planos de Salvaguarda (Cavalcanti; Fonseca, 2012).

Para Toji (2011), a criação de tais instrumentos foi capaz de solucionar o descompasso entre a identificação e salvaguarda de processos de produção cultural. Esta autora toma como exemplo o reconhecimento, em 1996, da Fábrica de Vinho de Caju Tito & Silva & Cia., localizada na capital paraibana. Na época, no entanto, devido à ausência de um instrumento legal específico para salvaguarda do modo de produção, o vinho de caju não foi efetivamente listado como patrimônio intangível.

Tal processo de tombamento tem início em 1981, ao passo que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN) reconhece a importância arquitetônica, histórica e cultural da Fábrica de Vinho de Caju Tito & Silva & Cia. O reconhecimento se dá pelo fato de a Fábrica ser cenário da produção de uma bebida artesanal que estava na iminência de desaparecimento.

Para além dos dispositivos técnicos para patrimonialização de bens intangíveis, Toji (2011, p. 62) aponta que “a seleção e identificação de bens culturais passíveis de serem patrimonializados não prescindem apenas do técnico, mas deve necessariamente partir da solicitação ou da anuência dos grupos sociais envolvidos”. Neste caso, a memória e a identidade são elementos fundamentais na constituição do patrimônio cultural, tanto material como imaterial (Candau, 2011; Halbwachs, 2013). Logo, entendidas como fenômenos sociais, a tríade memória, identidade e patrimônio cultural intangível estão entrelaçadas, sendo a primeira, elemento essencial na construção dos outros dois (Melo Filho, 2016). É neste ponto que se visualiza o potencial de contribuição da Ciência da Informação para a compreensão dos vínculos entre identidade e memória, visto que lida com fenômenos informacionais e comunicacionais que permeiam a construção desses conceitos (Feldman *et al*, 2019).

Mesmo diante dos esforços dos órgãos de proteção para salvaguardar o saber-fazer vinculado à fabricação do vinho de caju, a iniciativa não foi exitosa: atualmente, o prédio se encontra em estado de abandono, com portas fechadas e maquinário deteriorado e/ou furtado. Já o modo de produção artesanal do vinho de caju da fábrica, encontra-se descrito no Boletim do SPHAN/Pró Memória, número 10, de 1981, no artigo intitulado “Para salvar o vinho de caju” (Brasil, 1981). Entretanto, a realidade é que o vinho de caju produzido em solo paraibano por quase um século não foi “salvo”: sua produção cessou, e, conforme registrado

no Boletim do SPHAN nº10 (1981) e em estudos locais (Cantarelli, 2013), grande parte da população de João Pessoa desconhece a existência da fábrica e de seu produto.

Diante desse cenário, em que reconhecemos a importância da tradição cultural e tecnológica da Fábrica de Vinhos de Caju Tito & Silva & Cia. na constituição do patrimônio tanto tangível quanto intangível da cidade de João Pessoa, surge a seguinte questão da pesquisa: Como a dinâmica entre memória e esquecimento se manifesta no processo de patrimonialização da Fábrica Tito & Silva, e quais as implicações disso para a preservação do saber-fazer do vinho de caju?

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre memória e esquecimento no contexto da patrimonialização da Fábrica Tito & Silva, destacando os fatores que levaram ao fracasso da preservação do seu saber-fazer, sob a perspectiva da Ciência da Informação.

Por assumirmos que a memória e a identidade são fenômenos intimamente relacionados, nos aportamos teoricamente nos estudos de Candau (2011) e Halbwachs (2013). Candau (2011) destaca que a memória é essencial para a construção e manutenção da identidade individual e coletiva, enquanto Halbwachs (2013) compreende a memória como uma construção social, manifestada nas memórias individuais. Além disso, será considerada a discussão sobre o reconhecimento de bens intangíveis e sua valorização como patrimônio cultural, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. No que tange às questões referentes à história da alimentação no Brasil e, especificamente sobre as bebidas, ancoramos nos escritos de Cascudo (2011) e Cavalcante (2023). Segundo Cascudo (2011), a produção e consumo de bebidas à base de frutas nativas está arraigada em nossa história e cultura antes mesmo da colonização.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa conceitual comparativa, baseada na análise de autores como Candau (2011), Halbwachs (2013), Buckland (1991) e Ingold (2012), com foco nos conceitos de memória, esquecimento e informação. A comparação entre esses referenciais permite examinar criticamente o caso da Fábrica Tito & Silva, identificando lacunas entre a teoria da patrimonialização e a prática de preservação. O estudo também inclui revisão bibliográfica sobre políticas públicas de patrimônio intangível (IPHAN, Constituição de 1988) e documentação histórica da fábrica (Boletim do SPHAN, 1981).

Nesse sentido, o estudo da fábrica e a preservação do patrimônio intangível do vinho de caju possuem grande relevância social, pois representam elementos importantes da cultura e tradição local, de acordo com o boletim do SPHAN (1981). A manutenção desse

patrimônio intangível permite que as futuras gerações tenham acesso e possam se conectar com as raízes e memória coletiva da comunidade, fortalecendo os laços sociais, o sentimento de pertencimento e a valorização da diversidade cultural. Nesse contexto, buscaremos trazer reflexões que contribuam para o campo de estudos da memória e do patrimônio a partir da Ciência da Informação e de seus aportes teórico-conceituais.

2 ANÁLISE DA FÁBRICA TITO & SILVA: PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

2.1 A Fábrica de Vinho de Caju Tito & Silva & Cia no cenário do patrimônio cultural imaterial

A Fábrica de Vinho Tito & Silva & Cia., localizada em João Pessoa (PB), foi objeto de um importante tombamento registrado no Boletim do SPHAN nº 10 (Brasil, 1981). Fundada em 1892 por Tito Henrique da Silva, a fábrica representava uma atividade econômica tradicional da região, voltada à produção de vinho de caju, um produto típico da cultura local.

A Fábrica de Vinho de Caju Tito & Silva & Cia., localizada na Rua da Areia, nº 33 (Varadouro, João Pessoa), possuía uma configuração arquitetônica singular: três blocos interligados por pátios internos, cada um com funções específicas. Administração/armazenamento (frontal), engarrafamento (central) e processamento do caju (posterior) (IPHAN, 1982). Seu tombamento em 1981 foi pioneiro ao preservar não apenas o edifício de estilo Art Déco (Projeto CHJP, 1995), mas também maquinários e técnicas artesanais de produção (SPHAN, 1981), com o objetivo inicial de criar uma empresa-escola em parceria com a UFPB (Boletim SPHAN nº29, 1984). Essa proposta só se concretizou em 1995 como Oficina-Escola, fruto de cooperação entre os governos brasileiro, espanhol e municipal, para formar mão de obra especializada em restauro (Scocuglia, 2006)¹.

A preocupação em preservar tanto o bem imóvel quanto o saber-fazer e bens móveis revelava a visão ampliada de patrimônio do SPHAN. A Fábrica Tito & Silva & Cia. incorporava o conceito de 'tecnologia patrimonial', materializando técnicas tradicionais de produção de vinho de caju no Nordeste (SPHAN, 1981). Embora o Boletim nº 10 do SPHAN (1981) registre suas dificuldades financeiras - causadas pela alta tributação e escassez de matéria-prima, seu tombamento demonstra o valor atribuído pelo órgão aos patrimônios produtivos como documentos da história econômica e cultural brasileira.

¹ Tombamento da Fábrica Tito & Silva ocorreu em 1981 (IPHAN, 1982), mas as tentativas de revitalização, como a Oficina-Escola, foram implementadas em 1995 (Scocuglia, 2006). A menção a 1996 por Toji (2011) refere-se a um registro posterior relacionado a políticas de patrimônio imaterial.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

O conceito de patrimônio cultural no Brasil evoluiu significativamente ao longo do tempo. Inicialmente, sob a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN), a preservação priorizava bens arquitetônicos de origem luso-brasileira, reforçando uma identidade nacional vinculada ao passado colonial. Essa visão entendia o patrimônio como ferramenta educativa para afirmar a unidade nacional. Segundo Azevedo Netto (2020), o patrimônio cultural vem se tornando uma presença cada vez mais marcante no tecido social, servindo como canal de expressão para as diversas comunidades que formam a sociedade. Com sua natureza dinâmica, ele cria pontes entre diferentes tempos, entrelaçando histórias do passado, vivências do presente e perspectivas de futuro.

A partir da década de 1970, gestores como Renato Soeiro e, sobretudo, Aloísio Magalhães no IPHAN ampliaram essa noção, superando a ênfase em monumentos ("pedra e cal") (Nogueira, 1995; Fonseca, 2001). Magalhães incorporou expressões culturais populares, saberes tradicionais e participação comunitária, alinhando-se às ideias de Mário de Andrade sobre a preservação de técnicas e sistemas de trabalho. A criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC, 1975) buscou documentar o contexto simbólico e social dos "produtos brasileiros", introduzindo o conceito de "Tecnologia Patrimonial" como conhecimento técnico a ser preservado.

Quando ampliamos nossa compreensão, vemos que o patrimônio cultural inclui todos os elementos materiais que guardam nossas memórias e marcam nossas identidades. Esses objetos criados e transformados pelo homem - desde ferramentas até obras de arte - são como páginas de um livro que narra nosso modo de vida. Como destaca Azevedo Netto (2020), ao estudarmos esses artefatos, descobrimos valiosas informações sobre os grupos que os produziram, revelando aspectos importantes de seus sistemas culturais.

A Constituição de 1988 consolidou essa perspectiva ao reconhecer formalmente bens materiais e imateriais, incluindo modos de criar, fazer e viver. A Constituição brasileira reconhece como patrimônio cultural todos os elementos que guardam as memórias e expressam as identidades dos diversos grupos sociais do país. Mais do que simples objetos ou tradições, esse patrimônio carrega um profundo valor simbólico. Cada peça, cada manifestação funciona como um código que nos ajuda a decifrar como a sociedade constrói seus significados coletivos (Azevedo Netto, 2020).

Na prática, não faz sentido separar o lado tangível e intangível do patrimônio. O que realmente importa é como essas duas dimensões se entrelaçam: a materialidade que podemos ver e tocar só ganha vida quando dialogamos com os múltiplos significados que ela representa para diferentes pessoas e comunidades (Azevedo Netto, 2020). A cultura alimentar, por exemplo, passou a ser entendida como parte do patrimônio, expressando identidades, tradições e relações com o território (Cavalcante, 2023; Lima, 2022).

A partir dos anos 2000, políticas públicas como o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) têm buscado proteger não apenas monumentos e edifícios, mas principalmente os saberes e práticas que dão vida ao patrimônio intangível. Como mostra Azevedo Netto (2020), essa proteção só faz sentido quando parte das próprias comunidades, pois é nelas que o patrimônio ganha significado - seja uma técnica artesanal, um ritual ou mesmo uma antiga fábrica abandonada. O caso da Fábrica Tito & Silva, com seu saber-fazer perdido do vinho de caju, nos lembra que patrimônio não é algo estático: ele vive na medida em que continua sendo praticado, lembrado e ressignificado pelas pessoas.

Quando olhamos para um objeto patrimonial - uma ferramenta, um edifício ou uma fotografia antiga - estamos diante de muito mais que um simples artefato. Como explica Gonçalves (2003), esses elementos são "bons para agir": carregam memórias, contam histórias e, principalmente, nos convidam a dialogar com o passado. Uma taça de vinho de caju esquecida no porão da fábrica abandonada não é apenas vidro e poeira, é um testemunho de relações sociais, de técnicas ancestrais e de identidades que resistem ao tempo. Essa visão ecoa a perspectiva de Mauss (1983), para quem o patrimônio é um "fato social total", que envolve dimensões materiais, afetivas e simbólicas inseparáveis (Loss *et. al*, 2023).

Preservar o patrimônio cultural, portanto, vai muito além de restaurar paredes ou catalogar objetos. Trata-se de manter vivas as conexões entre pessoas, memórias e lugares - conexões que nos ajudam a entender quem somos e onde queremos ir. Como mediadores dessas relações, os bens culturais nos lembram que a memória não é um arquivo poeirento, mas um processo vivo e constantemente renovado, onde cada geração encontra suas próprias respostas e significados.

2.2 Memória, Identidade e a Dinâmica do Esquecimento

A memória e a identidade são conceitos indissociáveis e fundamentais na constituição do patrimônio cultural (Candau, 2011; Halbwachs, 2013). No contexto brasileiro,

definido constitucionalmente (Brasil, 1988), patrimônio cultural engloba os elementos que materializam as memórias coletivas e afirmam as identidades dos diversos grupos sociais. Azevedo Netto (estaca que esse patrimônio não existe de forma abstrata: ele ganha vida quando uma comunidade o reconhece como espelho de seu pertencimento, transformando-o em referência viva de suas tradições e valores compartilhados.

A memória não é um conceito singular (Le Goff, 1990); os seres humanos possuem um mosaico de memórias, sempre sociais (Candau, 2012). A memória individual e a coletiva se interpenetram, e o indivíduo frequentemente recorre à memória de outros ou à memória histórica (Halbwachs, 2013). A memória molda os indivíduos e grupos ao mesmo tempo em que é modelada por eles, nutrindo a construção de uma trajetória ou narrativa (Rosa, 2021). Sua função inclui tanto a lembrança quanto o esquecimento, e ela serve sobretudo ao futuro (Pollak, 1986).

Cumprir ressaltar o caráter processual da memória, onde atua na fundamentação da conformação das identidades, a partir da mediação do esquecimento. Enquanto processo, a memória tem uma ação construtiva em constante fluxo dentro de uma estrutura social dada. Considerando o humano como animal gregário, subordinado às relações sociais que delimita e aplica em seus diferentes momentos históricos e sociais. Dessa forma, a memória é uma construção social dinâmica, em que os indivíduos reinterpretem o passado, real ou simbólico, para atender às necessidades de identidade e coesão do grupo no presente (Azevedo Netto, 2007).

Superar a oposição comum entre memória e esquecimento é crucial. O esquecimento é parte da construção e manutenção da memória, sendo um processo natural e necessário (Halbwachs, 2013). Ele não é um lapso, mas um processo ativo, funcionando como um selecionador que permite à mente selecionar e focar em informações mais importantes, para determinada situação e momento. Alguns estudos o encaram como um recurso válido para a memória, uma estratégia ou um mecanismo necessário. Assim, o esquecimento pode ser uma decisão deliberada, intencional e justificada (Loureiro; Pimenta, 2016).

Segundo Nora (1993), a memória, para se manter viva, muitas vezes precisa ser fixada em lugares de memória. Eles carregam simbolismo e servem como base para referenciar o processo constitutivo das memórias sociais dos grupos. E nesse processo se encontra o papel do esquecimento como ação para não disponibilizar potenciais referenciais de memória, que estariam compondo esses lugares de memória.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Buckland (1991) aborda a ambiguidade do termo informação distinguindo três sentidos principais: informação-como-processo, o ato de ser informado; informação-como-conhecimento, aquilo que é percebido ou conhecido; e informação-como-coisa, objetos ou entidades que são considerados informativos. Para ele, os dois primeiros sentidos são intangíveis, enquanto a informação-como-coisa é tangível e é com ela que os sistemas de informação, como bibliotecas, museus e bases de dados, lidam diretamente. Ele adota uma abordagem indireta para definir a informação-como-coisa, perguntando: Que coisas são informativas? A resposta inclui dados, textos, documentos, objetos e eventos, que funcionam como evidências para o aprendizado. No entanto, sua capacidade de informar depende do contexto, da interpretação do usuário e, muitas vezes, de um consenso. Propõe ainda que o termo documento pode ser ampliado para abranger qualquer fonte de informação, não se limitando a textos tradicionais.

Em contraste, Tim Ingold (2012) critica fundamentalmente a noção de objeto, que ele vê como uma entidade estática, acabada, definida por limites superficiais e separada do mundo e de seus fluxos. Ingold propõe a retomada do conceito de coisa, que, em sua visão, é porosa, fluida, perpassada por fluxos vitais e intrinsecamente integrada às dinâmicas do ambiente. As coisas não são entidades com agência inerente (uma crítica à Teoria Ator-Rede, por exemplo), mas sim acontecimentos ou parlamentos de fios que estão constantemente vazando e se transformando. Ele rejeita o modelo hilemórfico (forma sobre matéria) e prioriza os processos de formação e a circulação e transformação contínua dos materiais em fluxo. O mundo, para Ingold, é um emaranhado de linhas (malha, *meshwork*) de crescimento e movimento, não uma rede de objetos conectados.

Ao relacionar Buckland (1991) e Ingold (2012), a noção de informação-como-coisa se expande. Buckland define-a como entidades manipuláveis por sistemas, cuja capacidade informativa depende do contexto e do uso. Ingold, por sua vez, propõe que essas entidades não são fixas, mas em constante processo. Nessa perspectiva, a informatividade não decorre apenas de atributos imediatos ou da situação de uso, mas de sua inserção em fluxos materiais e dinâmicas relacionais. Isso, no presente caso, instrumentaliza o conceito, mostrando que os objetos informacionais são constituídos por processos contínuos que modificam sua natureza e potencial informativo.

Enquanto Buckland (1991) aborda a informação como objeto tangível (informação-como-coisa), Ingold (2012) critica essa visão estática, propondo que os artefatos são processos

em constante transformação (*meshwork*). No caso da Fábrica Tito & Silva, essa tensão se manifesta na contradição entre o tombamento do maquinário (informação-como-coisa) e a perda do saber-fazer (processo dinâmico), evidenciando as limitações das políticas de patrimônio que privilegiam o tangível.

A Ciência da Informação, segundo Borko (1968), é a ciência que investiga, as propriedades e o comportamento da informação, seu uso e transmissão, visando uma armazenagem e recuperação ideal, atentando para a sociabilidade da informação. Essa abordagem permite compreender os fenômenos informacionais e comunicacionais que permeiam a compreensão dos conceitos de memória e identidade, contribuindo para a preservação e valorização do patrimônio cultural. Ela pode buscar apoio na História social para ampliar significado e valores à memória coletiva (Halbwachs, 2013). A apreensão da memória depende do ambiente social e político, envolvendo a posse e apropriação de imagens e textos do passado.

3 CONSIDERAÇÕES

A relação entre memória, esquecimento, história e patrimônio forma um campo de estudo essencial, moldado por dinâmicas sociais, culturais e políticas (Azevedo Netto, 2020). O esquecimento não se apresenta como mera falha, mas como elemento constitutivo da memória, que atua como processo ativo em sua formação e na definição de "lugares de memória", em seu acervo referencial e informacional (Ricoeur, 2007). Essa compreensão justifica a investigação do tema no âmbito da Ciência da Informação, área que oferece ferramentas para analisar os processos informacionais que estruturam a memória e a identidade (Lazzarin *et al.*, 2014).

O marco teórico discutido destaca a conexão entre memória, identidade e patrimônio intangível, apontando para a necessidade de examinar esses processos em casos concretos (Loss *et al.*, 2023). A Fábrica de Vinhos de Caju Tito & Silva & Cia. serve como exemplo. Seu tombamento em 1981 buscou preservar não apenas a estrutura física, mas também o conhecimento técnico da produção, refletindo uma visão abrangente de patrimônio. Contudo, a iniciativa não alcançou seus objetivos: a produção cessou, o prédio foi abandonado e o conhecimento sobre a fábrica desapareceu da memória local.

Esse caso demonstra como fatores sociais e institucionais influenciam na preservação ou no apagamento da memória cultural (Azevedo Netto, 2020). A análise revela a importância

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

de compreender esses processos para a manutenção da identidade coletiva. O estudo da dinâmica do esquecimento, através das lentes da Ciência da Informação, contribui para a preservação do patrimônio intangível e para a valorização da diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Informação e Memória: as relações na pesquisa. **Revista eletrônica história em reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2007.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. A mediação do patrimônio no agenciamento informacional na construção da memória: reflexões a partir da perspectiva arqueológica. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, Paraíba, v. 8, n. 1, p. 61-70, jan./jun. 2020.

BORKO, Harold. Information science: what is it? **American Documentation**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BRASIL. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para salvar o vinho de caju. **Boletim do SPHAN/Pró Memória**, Brasília, DF, n. 10, 1981. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_10.pdf. Acesso em: 05 maio 2025.

BRASIL. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Boletim do SPHAN/Pró-Memória**, Brasília, DF, n. 33, p. 9-10, 1981. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bol_sphan&pagfis=375 . Acesso em: 03 maio 2025.

BRASIL. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Boletim do SPHAN/Pró-Memória**, Brasília, DF, n. 29, p. 25-26, 1984. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/boletim_29.pdf. Acesso em: 03 maio 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CANTARELLI, Rodrigo. Fábrica Tito & Silva (João Pessoa, PB). *In*: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Pesquisa Escolar**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/fabrica-tito-silva/>. Acesso em: 22 maio 2025.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 2011.

CAVALCANTE, P. B. M. da S. **Cultura alimentar e patrimônio: saberes e fazeres da gente maranhense na culinária da baixada**. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2023.

COSTA, Nathália Ewelinh Linhares da; SOUZA, Geórgia Maria Ribeiro de; SILVA, Anna Luisa Dantas Gualberto e; CARNEIRO, Natalia Vieira; CAVALCANTI FILHO, Ivan; MOURA FILHA,

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Maria Berthilde. Fábrica de vinho de caju Tito & Silva & Cia.: um “saber fazer” perdido. *In: MESTRES E CONSELHEIROS*, 10., 2018, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xmestres/105511-fabrica-de-vinho-de-caju-tito-silva--cia--um-saber-fazer-perdido/>. Acesso em: 22 maio 2025.

CRESWELL, John. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FELDMAN, Daniele; STEINDEL, Gisela Eggert. As relações entre Centros de Memória e Ciência da Informação: breve reflexão. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 147-166, mar./ago. 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em tempos de globalização. **Cadernos de Campo**, [S./], v. 10, n. 10, p. 249-264, 2001.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GONÇALVES, José Reginando Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Processo de Tombamento nº 1.054-T-82**: Antiga Fábrica de Vinhos de Caju Tito & Silva. Brasília: IPHAN, 1982.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 03 maio 2025.

LAZZARIN, Fabiana Aparecida; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; SOUZA, Marckson Roberto Ferreira de. Informação, memória e ciberespaço: considerações preliminares no campo da Ciência da Informação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 27, p. 21-30, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, C. S. C. **A cultura alimentar como patrimônio imaterial e a inserção em arquivos, bibliotecas e museus**: o caso do município de Sousa-PB. 2022. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

LOSS, Dulce Edite Soares; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Candomble: Informação, Memória e Alimentação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 16, p. 1-24, 2023.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1983.

SILVA, Roberto Sabino da. **Litígios patrimoniais: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967 – 1984)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LOUREIRO, J. M. M.; PIMENTA, R. C. A. Esquecimento e memória nas organizações: reflexões no âmbito da Ciência da Informação. **Arquivística.net**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 144-159, 2016.

MELO FILHO, D. N. de. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2005

NOGUEIRA, A. J. F. A reinvenção do patrimônio no Brasil. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 38, n. 1-2, p. 239-250, 1995.

NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux. *In*: NORA, Pierre (Coord.). **Les lieux de mémoire: la République**. Paris: Gallimard, 1993. t. 1. p. [23-42].

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA. Anteprojeto da antiga fábrica de vinhos de caju Tito & Silva & Cia. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 1995. (Acervo técnico).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROSA, Pedro Henrique Cremonez; BARIZON FILHO, Antonio Lucio; SANTOS, Juliana Cardoso dos. O protagonismo do esquecimento no âmbito da Ciência da Informação: mapeamento e análise nas edições do ENANCIB (1994-2019). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2021.

SILVA, A. P. **Políticas públicas para salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil (2000-2010)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SOUZA, J. A. de. A noção de patrimônio. **Revista CPC**, n. 6, p. 209-219, 2008.

TOJI, Simone. Patrimônio cultural e globalização: reflexões sobre alguns impasses contemporâneos. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 50-65, 2011.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. Das fontes do passado à memória em construção. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2012. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2012.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005.